



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE AVARÉ - 0031

[2001 a 2500 processos]

Aos 16 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presentes a Juíza Titular ADELINA MARIA DO PRADO FERREIRA e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa ZILAH RAMIRES FERREIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	AGUAS DE SANTA BARBARA, PARANAPANEMA, OLEO, MANDURI, ITAI, IARAS, ARANDU, CERQUEIRA CESAR, AVARE
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	05/05/1979
Data de Instalação do PJE:	28/11/2012
Data da Última Correição:	24/08/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	2 %
Acervo PJe/Acervo Total:	98 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ADELINA MARIA DO PRADO FERREIRA	19/12/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/08/2017 a 18/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/10/2017 a 19/11/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
08/01/2018 a 06/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
07/02/2018 a 07/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/02/2018 a 16/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/02/2018 a 23/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
24/02/2018 a 16/03/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
19/03/2018 a 17/04/2018	FERIAS
18/04/2018 a 17/05/2018	FERIAS
15/08/2018 a 05/10/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 05/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CLAUDIO ISSAO YONEMOTO	14/05/2018 a 17/05/2018
CLAUDIO ISSAO YONEMOTO	18/05/2018 a 20/05/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA FERRARI ZANELLA	27/11/2017 a 27/11/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	10/02/2018 a 16/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	17/02/2018 a 09/03/2018
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	10/03/2018 a 11/03/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	07/02/2018 a 07/02/2018
JEFERSON PEYERL	12/03/2018 a 18/03/2018
JEFERSON PEYERL	19/03/2018 a 10/04/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 05/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	17/05/2017 a 19/12/2017
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	08/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/10/2017 a 18/11/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	20/10/2017 a 20/10/2017
RENATO CLEMENTE PEREIRA	21/10/2017 a 19/11/2017
RENATO CLEMENTE PEREIRA	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ROMULO TOZZO TECHIO	27/07/2018 a 27/07/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ZILAH RAMIRES FERREIRA	19/06/2017 a 17/08/2017
ZILAH RAMIRES FERREIRA	18/08/2017 a 18/08/2017
ZILAH RAMIRES FERREIRA	19/08/2017 a 20/08/2017
ZILAH RAMIRES FERREIRA	07/02/2018 a 05/10/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
14/05/2018 a 12/06/2018	FERIAS
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provedimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AMELIA ANDREIA PEREIRA DE ALMEIDA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/03/1996
ANTONIO SEIKO HIRATA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	14/11/1991
DEBORAH DA COSTA AMARAL	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	16/08/2016
EUGENIO EIDI YAMANAKA	AJ-OJA	-	30/04/2012
EVERTON DE MELO MACARIOS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	29/04/2013
GIANE DA SILVA ROCHA SOUZA	REQ	-	06/04/2009
LEANDRO AUGUSTO CONFORTI DE OLIVEIRA	REQ	-	08/02/2017
LEANDRO ROBERTO COLLELA	TJA	-	02/07/2018
LUIS FERNANDO OLIVEIRA DE GODOY	TJA	-	10/07/2013
MARCOS EDUARDO NUNES	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	15/05/1995
MARISA APARECIDA DIAZ	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/05/1994
NADIA KHAIRALLAH GODOI	TJA	FC-04 CALCULISTA	11/02/1993
REINALDO BENEDITO BAGAGLI	AJA	FC-02 ASSISTENTE	01/02/2006
THIAGO MAIDA SALOTTI	TJA	-	26/09/2013
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			12
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	21
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	25
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
TOTAL	66



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA CAROLINA TONON DA CUNHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018
LARISSA SUELEN DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/08/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ADELINA MARIA DO PRADO FERREIRA	168
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	30
RENATO CLEMENTE PEREIRA	28
ZILAH RAMIRES FERREIRA	44

SERVIDORES	HORAS
AMELIA ANDREIA PEREIRA DE ALMEIDA	14
ANTONIO SEIKO HIRATA	29
DEBORAH DA COSTA AMARAL	54
EUGENIO EIDI YAMANAKA	247
EVERTON DE MELO MACARIOS	124
GIANE DA SILVA ROCHA SOUZA	7
LEANDRO AUGUSTO CONFORTI DE OLIVEIRA	14
LUIS FERNANDO OLIVEIRA DE GODOY	134
MARCOS EDUARDO NUNES	124
MARISA APARECIDA DIAZ	14
NADIA KHAIRALLAH GODOI	30
REINALDO BENEDITO BAGAGLI	21
THIAGO MAIDA SALOTTI	214



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	205	849	---
	Aguardando encerramento da instrução	209	794	---
	Aguardando prolação de sentença	111	174	---
	Aguardando cumprimento de acordo	559	412	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.027	1.621	---
	Pendentes de finalização	3.111	3.850	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	114	225	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	643	525	---
	Pendentes de finalização	757	750	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.708	1.395	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	175	127	---
	Pendentes de finalização	1.883	1.522	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	171	6	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	104	51	---
TOTAL		6.026	6.179	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	668	1.268	---
	Aguardando encerramento da instrução	597	856	---
	Aguardando prolação de sentença	228	143	---
	Aguardando cumprimento de acordo	530	404	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.440	4.139	---
	Pendentes de finalização	3.452	4.218	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	305	496	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	167	456	---
	Pendentes de finalização	452	796	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.733	1.459	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1.178	744	---
	Pendentes de finalização	1.904	1.585	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	92	73	---
TOTAL		5.900	6.673	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	361	349	20
Exceções de Incompetência	25	28	0
Antecipações de Tutela	223	196	7
Impugnações à Sentença de Liquidação	23	27	6
Embargos à Execução	28	30	5
Embargos à Arrematação	1	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	2	4	0
TOTAIS	663	636	38

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	115	140	7
Exceções de Incompetência	17	13	1
Antecipações de Tutela	139	127	10
Impugnações à Sentença de Liquidação	51	57	17
Embargos à Execução	46	98	9
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	2	3	2
TOTAIS	370	438	46



6 - RECURSOS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.598	1.596	25
Recurso Adesivo	37	37	2
Agravo de petição	95	101	3
Agravo de Instrumento	50	6	0
TOTAIS	1.780	1.740	30

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	526	605	26
Recurso Adesivo	21	17	5
Agravo de petição	60	53	19
Agravo de Instrumento	20	19	6
TOTAIS	627	694	56



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	926	83	207	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.674	182	390	---
Total / Média	3.600	156	349	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	888	86	214	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.602	197	403	---
Total / Média	3.490	169	360	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	451	12	25	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	2.008	20	33	---
Total / Média	2.459	19	32	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	68	172	213	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	491	180	235	---
Total / Média	559	179	231	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	537	2.031	2.229	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	97	551	1.072	---
Total / Média	634	1.805	2.077	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	530	144	214	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.562	224	369	---
Total / Média	2.092	204	331	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	497	149	218	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.275	205	376	---
Total / Média	1.772	189	336	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	213	10	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	701	19	36	---
Total / Média	914	17	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	96	186	277	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	355	167	285	---
Total / Média	451	171	283	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	344	1.511	1.795	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	118	390	1.184	---
Total / Média	462	1.225	1.737	---

*Do início até a extinção da execução

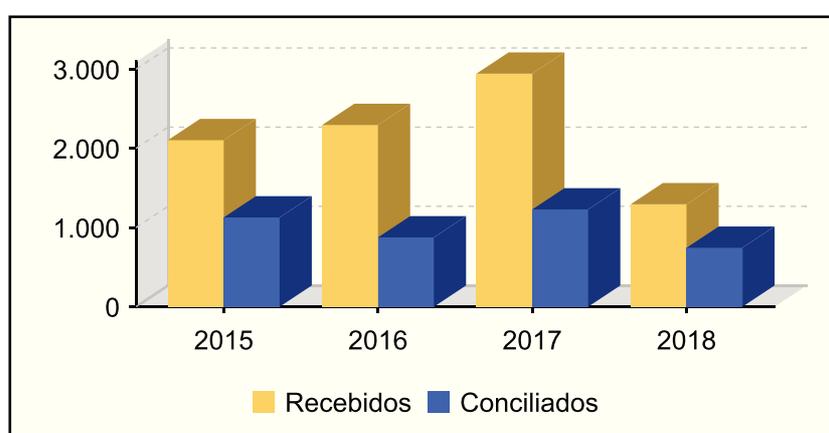


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

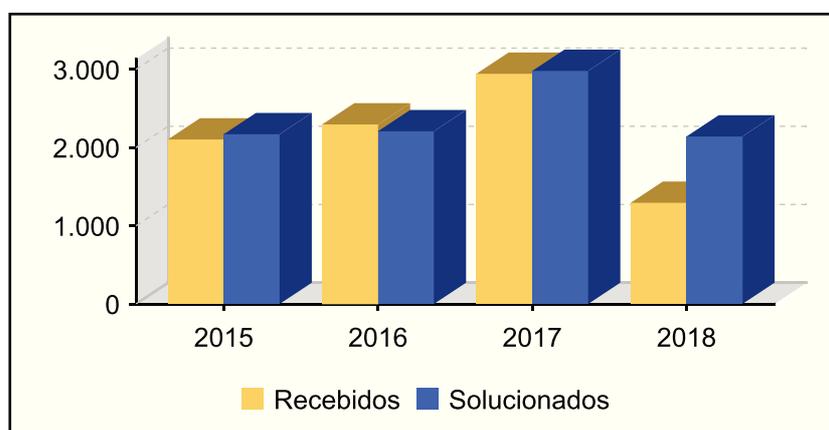
8.1 - Índice de conciliações [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.104	1.128	53,61
2016	2.296	876	38,15
2017	2.944	1.229	41,75
2018	1.294	745	57,57



8.2 - Índice de soluções [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.104	2.171	103,18
2016	2.296	2.209	96,21
2017	2.944	2.981	101,26
2018	1.294	2.142	165,53



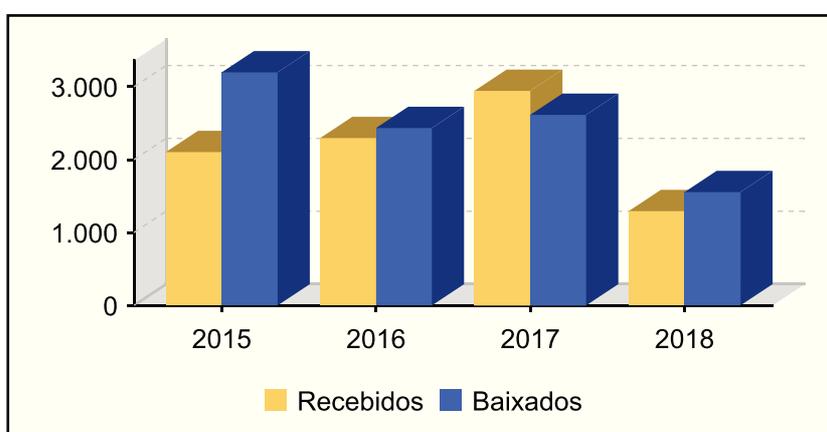


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

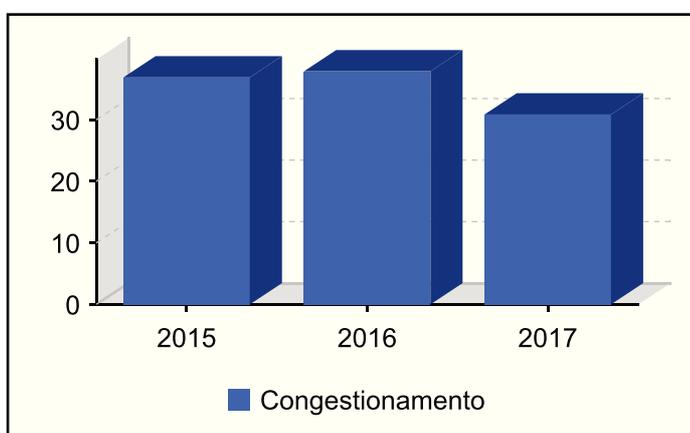
8.3 - Índice de baixas [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.104	3.198	152,00
2016	2.296	2.434	106,01
2017	2.944	2.615	88,82
2018	1.294	1.555	120,17



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.336	2.104	2.171	36,89
2016	1.260	2.296	2.209	37,88
2017	1.368	2.944	2.981	30,87





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.076	89,7	60,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.598	133,2	90,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.674	222,8	150,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	425	35,4	24,0
Incidentes Processuais Resolvidos	608	50,7	34,3
Dias-Juiz	532	44,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	35.204	71,6	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.494	100,6	60,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	84.698	172,2	102,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	12.777	26,0	15,5
Incidentes Processuais Resolvidos	30.795	62,6	37,4
Dias-Juiz	24.705	50,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

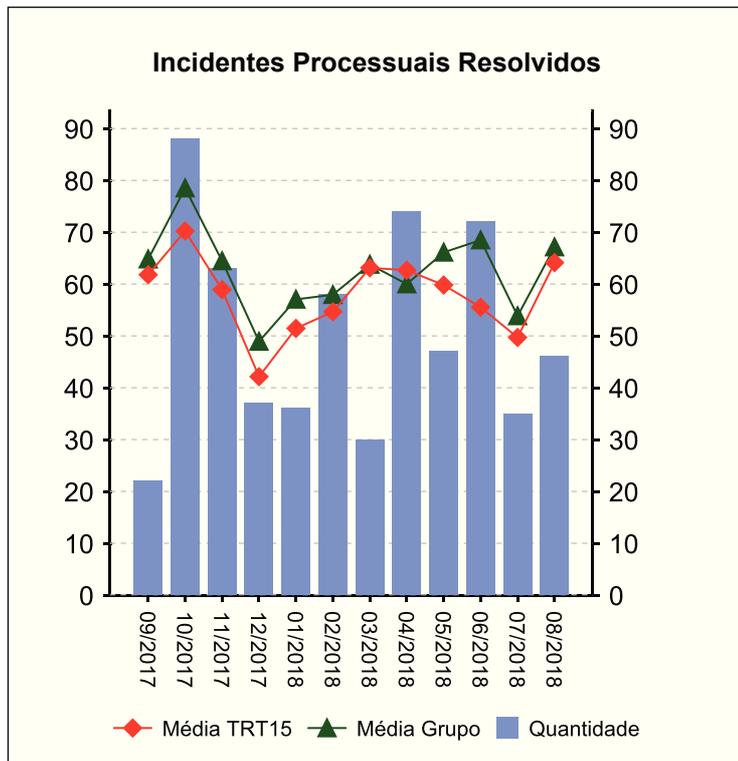
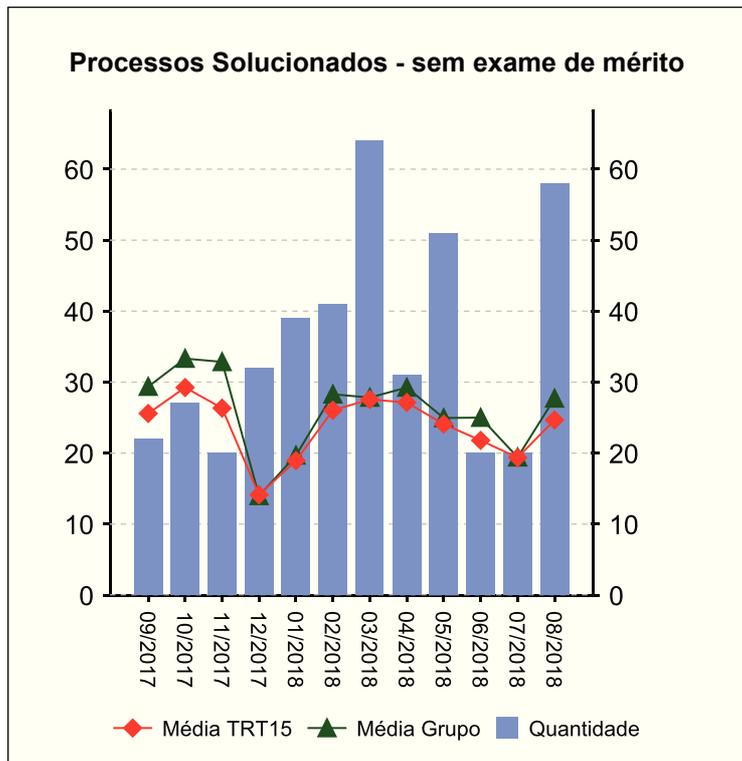
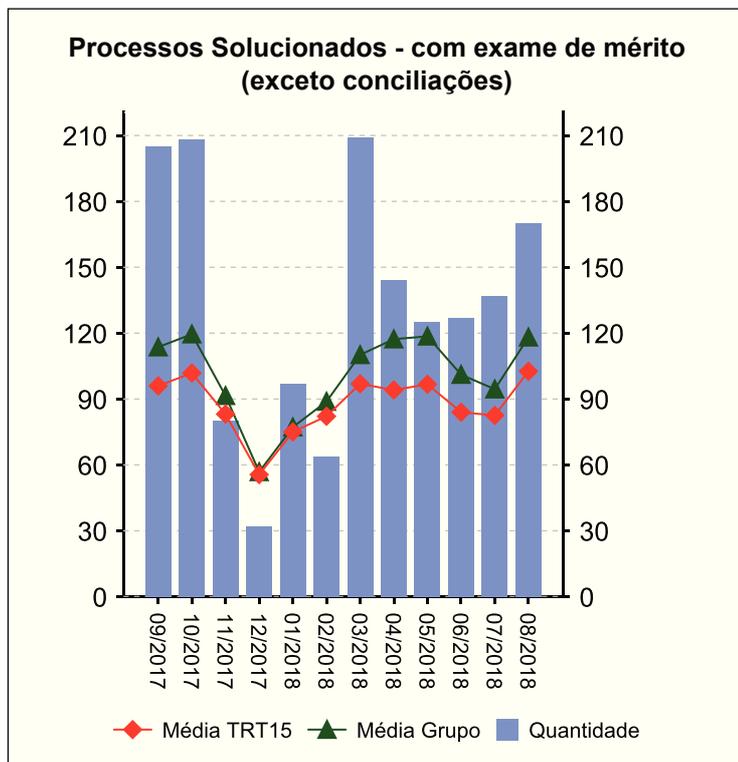
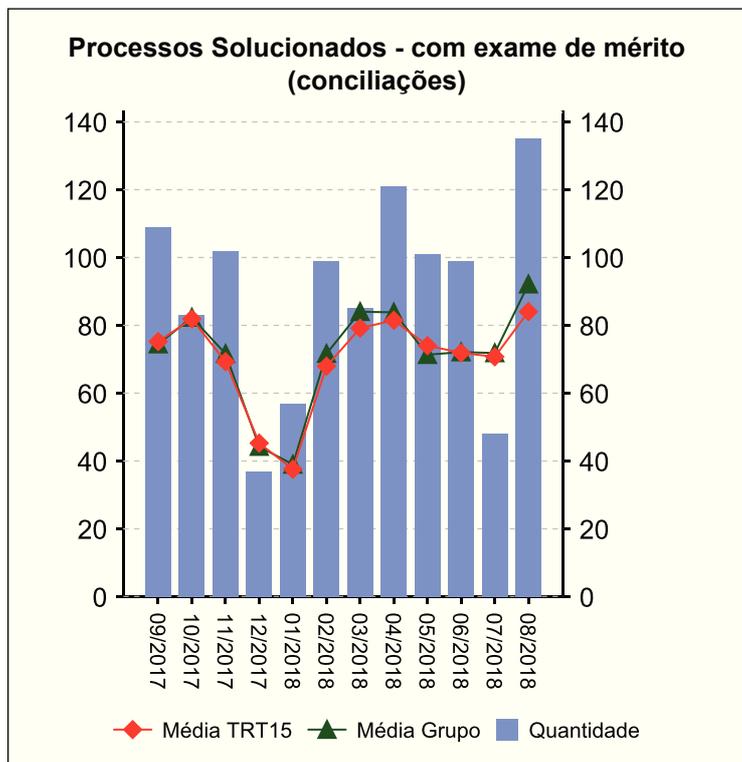
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.304	69,9	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.696	87,5	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	289.000	157,4	101,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.522	23,7	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	106.218	57,9	37,3
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2.074	172,8	117,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	675	56,3	38,1
Sessões de audiência realizadas - una	1	0,1	0,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	284	23,7	16,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	251	20,9	14,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	676	56,3	38,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	535	44,6	30,2
Dias-Juiz	532	44,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	24.705	50,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

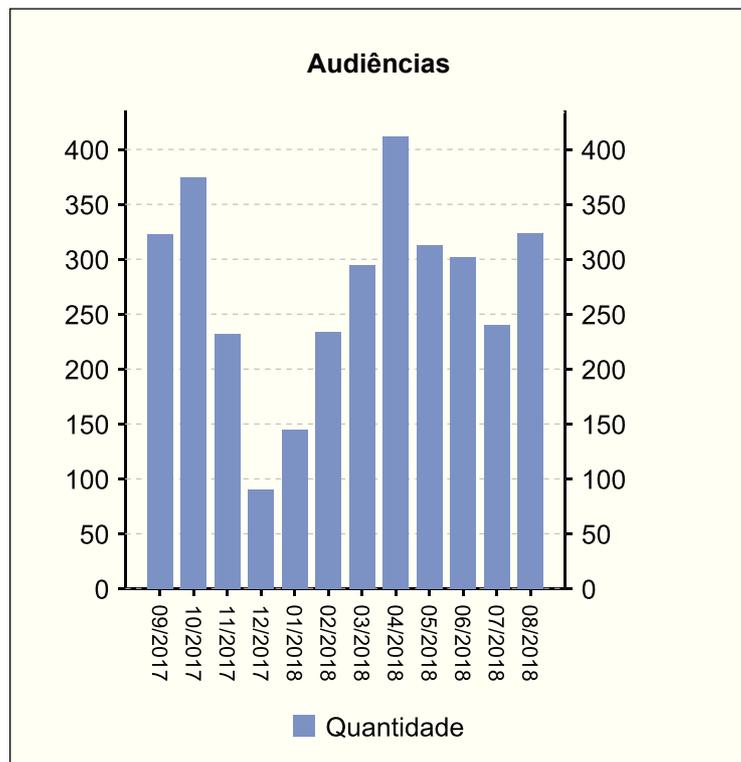


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

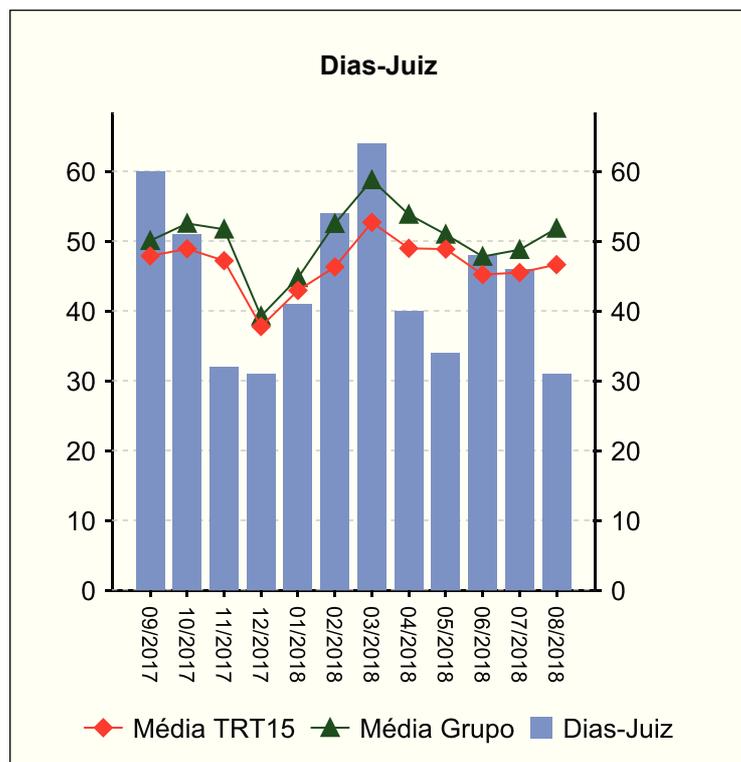
[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2017	4	15	250	54	0	323
10/2017	26	18	251	79	1	375
11/2017	12	21	137	62	0	232
12/2017	4	1	63	22	0	90
01/2018	6	0	106	33	0	145
02/2018	17	12	152	53	0	234
03/2018	14	11	196	74	0	295
04/2018	61	43	236	72	0	412
05/2018	51	29	178	55	0	313
06/2018	48	10	192	52	0	302
07/2018	22	17	138	63	0	240
08/2018	19	74	175	56	0	324
Total	284	251	2074	675	1	3285



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2017	60
10/2017	51
11/2017	32
12/2017	31
01/2018	41
02/2018	54
03/2018	64
04/2018	40
05/2018	34
06/2018	48
07/2018	46
08/2018	31
Média Mensal	44,3



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.132	94,3	53,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	971	80,9	45,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.103	175,3	99,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	309	25,8	14,6
Incidentes Processuais Resolvidos	498	41,5	23,5
Dias-Juiz	636	53,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	34.866	70,9	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	42.222	85,8	52,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	77.088	156,7	96,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.384	29,2	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	30.728	62,5	38,5
Dias-Juiz	23.954	48,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	52,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	97,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,4
Incidentes Processuais Resolvidos	107.192	58,4	37,4
Dias-Juiz	85.872	46,8	---

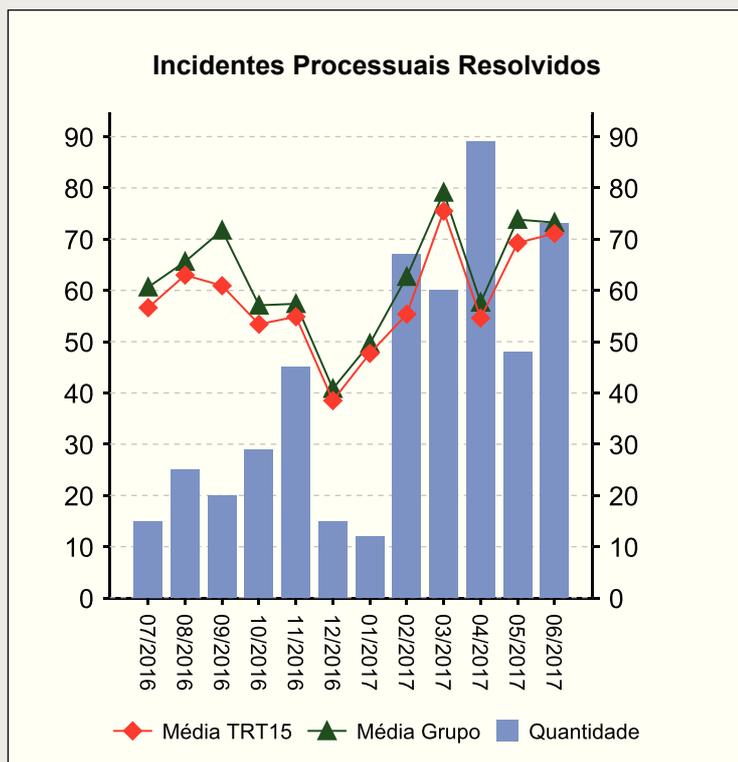
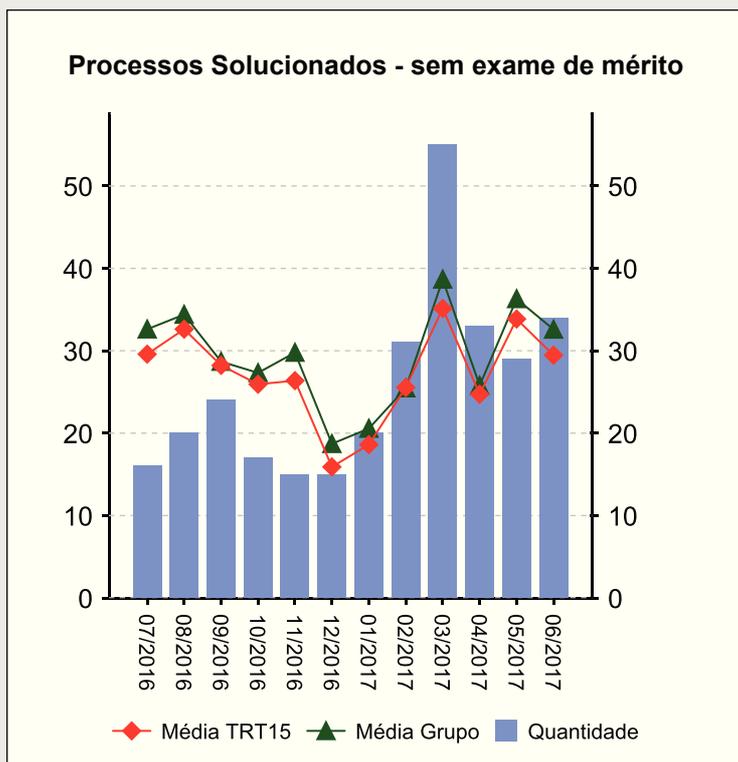
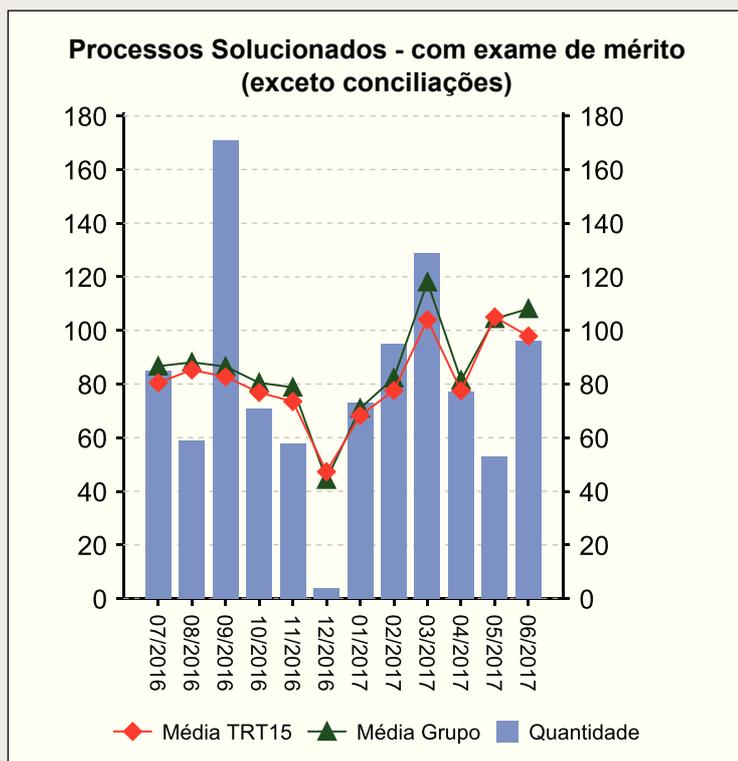
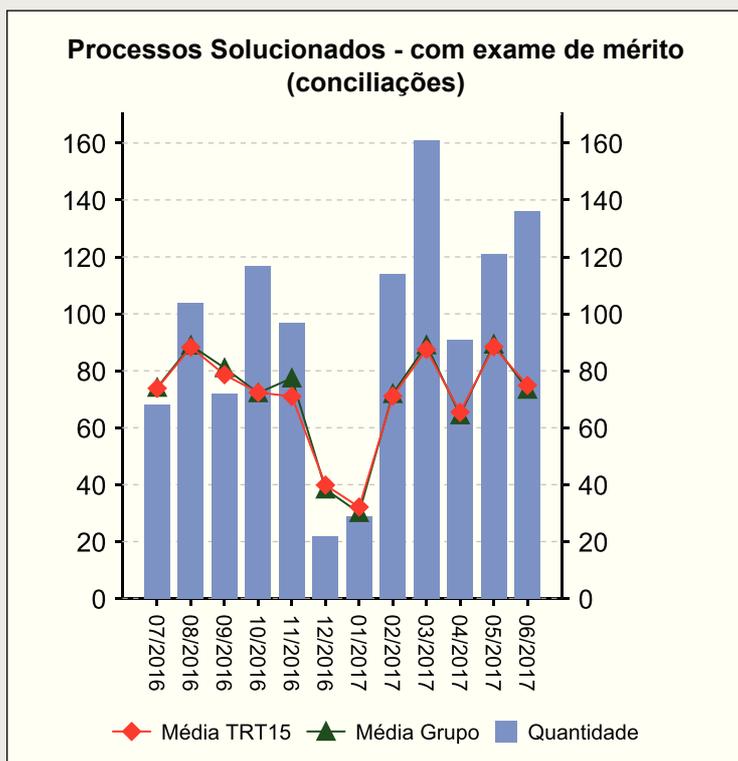
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2.240	186,7	105,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	858	71,5	40,5
Sessões de audiência realizadas - una	132	11,0	6,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	130	10,8	6,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	196	16,3	9,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	990	82,5	46,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	326	27,2	15,4
Dias-Juiz	636	53,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.954	48,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.872	46,8	---



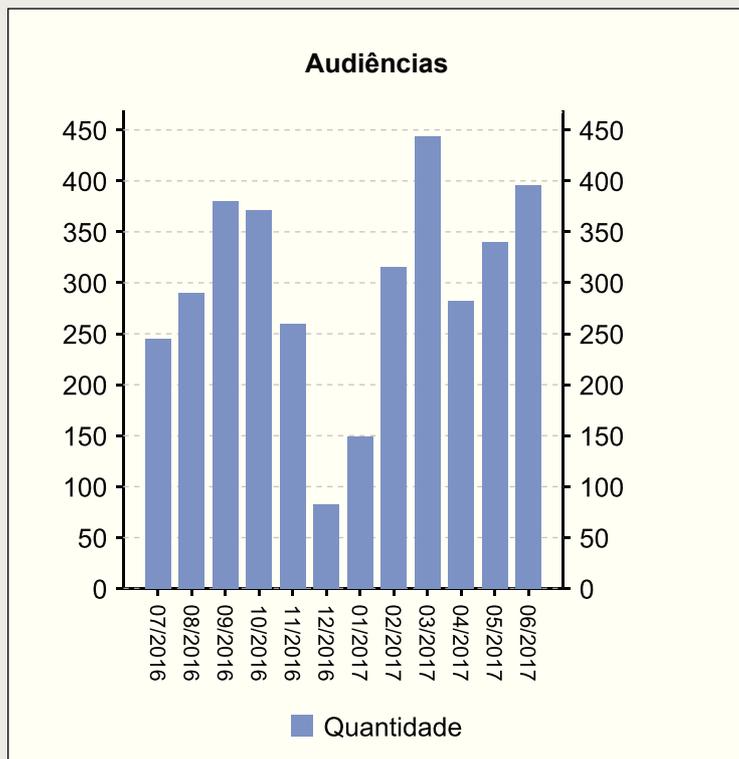
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

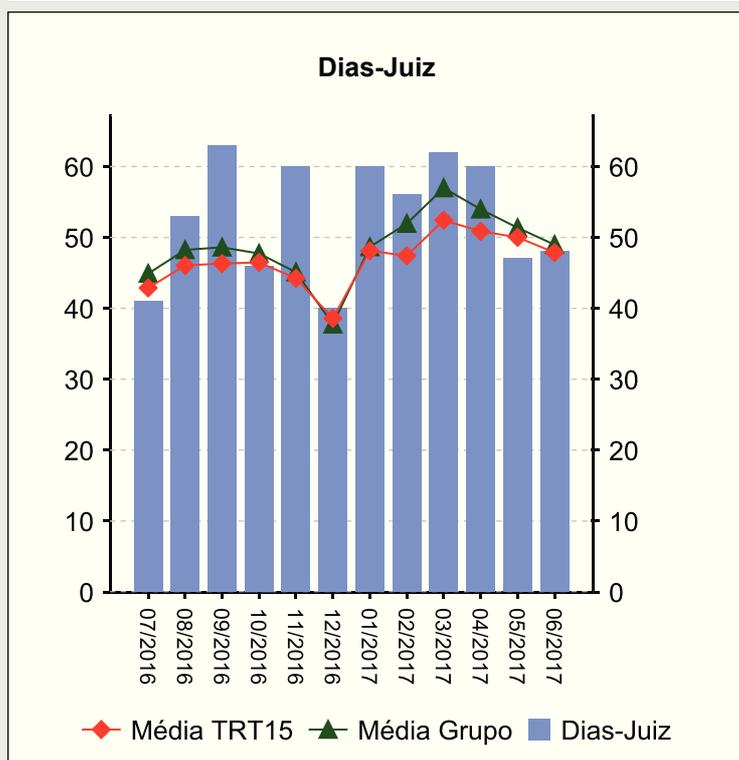
[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	1	8	174	62	0	245
08/2016	3	3	193	91	0	290
09/2016	2	45	230	80	23	380
10/2016	50	13	225	67	16	371
11/2016	32	17	141	64	6	260
12/2016	0	1	64	18	0	83
01/2017	1	11	105	28	4	149
02/2017	4	13	196	73	30	316
03/2017	21	28	259	89	47	444
04/2017	5	19	165	87	6	282
05/2017	3	21	201	115	0	340
06/2017	8	17	287	84	0	396
Total	130	196	2240	858	132	3556



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	41
08/2016	53
09/2016	63
10/2016	46
11/2016	60
12/2016	40
01/2017	60
02/2017	56
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	47
06/2017	48
Média Mensal	53,0



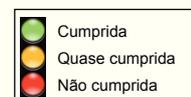
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

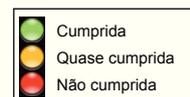
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2944	2981	2650	0	245	248	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

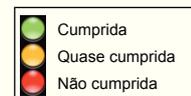
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2104	1894	2122	0	248	44	18 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
734	993	661	0	61	83	100 %





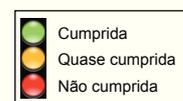
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

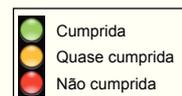
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
10	10	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
228	184	219	100 %





12 - ARRECADAÇÃO [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 171.996,97	R\$ 40.214,19	R\$ 35,20	R\$ 1.375.073,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2015	2
2016	16
2017	119
2018	388



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3.199	10	2	12	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da Unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 13 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que também atuam na Unidade os assistentes de Juiz:

João Roberto Cegarra – Assistente da Juíza Titular Adelina Maria do Prado Ferreira

Sharon Claro de Oliveira Moraes – Assistente da Juíza Substituta Zilah Ramires

Ferreira

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 1º/10/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	1º/9/2018	Data de corte:	1º/9/2018
Saldo:	246	Saldo:	2
Data do mais antigo:	2/4/2018	Data do mais antigo:	26/1/2018
		Total:	248



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciários de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (*novoegestao.tst.jus.br* – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 06/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Avaré obteve melhora no índice Força de Trabalho (de 0,36 para 0,32), não obstante tenha havido variação muito sensível nos indicadores Acervo (de 0,22 para 0,23), Celeridade (de 0,30 para 0,31), Produtividade (de 0,45 para 0,47), Taxa de Congestionamento (de 0,43 para 0,42).

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Por esses motivos, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

Esse resultado já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 1º/10/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.



B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):
Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Eugênio Eidi Yamanaka	84	21/6/2018
Giane da Silva Rocha Souza	99	6/4/2018
TOTAL:	183	6/4/2018

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012505-92.2017.5.15.0031, 0010062-71.2017.5.15.0031 e 0010583-16.2017.5.15.0031;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0012165-22.2015.5.15.0031, 0011590-14.2015.5.15.0031 e 0011734-85.2015.5.15.0031;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 10/10/2018, verificou-se a existência de 716 protocolos nos últimos 12 meses, com 19 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010673-29.2014.5.15.0031, 0011382-30.2015.5.15.0031 e 0148100-83.2005.5.15.0031);

16.5 – designa audiências em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 251 no período de 9/2017 a 8/2018;



16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 44,3 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (50,2) e à média mensal apurada no último período correicionado (53,0).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 60,7 processos solucionados por meio de conciliações, bastante superior à média de referido grupo (RARIA 42,7) e ao último período correicionado (RARIA 53,4).

Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 90,1, muito superior à média do grupo, de 60,1 (RARIA) e ao último período correicionado (RARIA de 45,8), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 150,8 (RARIA) na Unidade, superiores à média do grupo 102,9 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 99,2 apurado no último período correicionado.

Observou-se, também, que Vara do Trabalho de Avaré reduziu o prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença em comparação com o resultado verificado no último período correicionado (de 189 para 169), motivo pelo qual a Vice-Corregedora Regional consigna seus elogios aos Juizes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

Nesse sentido, destaca-se também ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento) – conforme item 11.



18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 1º/10/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	5/11/2018	-	36
INICIAIS/ Sum:	5/11/2018	-	36
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	-	-	-
INSTRUÇÕES/Ord:	3/10/2018	-	3
INSTRUÇÕES/Sum:	3/10/2018	-	3
CONCILIAÇÃO:	30/10/2018	15	30
MEDIAÇÃO:	4/10/2018	6	4

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Porém, não é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde		13	4			17
terça	manhã						
	tarde		13	5			18
quarta	manhã						
	tarde		13	5			18
quinta	manhã						
	tarde		3	4		12	19
sexta	manhã						
	tarde						



18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são incluídos processos de todas as fases processuais e que a Juíza permanece na Unidade durante a realização das sessões. Relatou, também, que há um Juiz aposentado atuando voluntariamente na unidade na realização das mediações, além da servidora capacitada para tal atividade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 38,1 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 156 dias, quase a metade que o de seu grupo (349 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 83 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 182 dias.

Em comparação com o verificado no último período correicionado, esse prazo médio diminuiu de 204 para 156 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 36 dias para as iniciais do rito ordinário e sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 209, extremamente menor que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

Verificou-se que a Unidade realizou 3.285 audiências, das quais 2.074 foram do tipo inicial, 675 de instrução, 1 una, 251 de conciliações na execução, 284 de conciliação no conhecimento.



Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

No entanto, sempre na busca de melhores resultados, sugere-se a alteração da pauta, substituindo as audiências do tipo inicial por Una ou Instrução, bem como a adoção da boa prática abaixo descrita, já utilizada em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento, já sugerida na correição anterior (2017).

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

Frisa-se a importância do Juízo em manter a prática de inclusão na pauta de audiências de instrução, dos feitos que dependam de prova pericial, no momento da designação da perícia, nada obstante eventual entendimento do Juízo de que não é necessário a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

Sugere-se, ainda, a designação de audiência de mediação após a entrega do laudo pericial, já com eventuais impugnações e esclarecimentos, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

19 – CONSTATAÇÕES:

A Unidade conta com atuação de apenas uma estagiária da área de Direito, Caroline Luques, contratada pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, que iniciou seu estágio em 16/5/2018 e que não consta do item 3.3 desta ata. Informaram que a estagiária Danielle Araújo Fernandes não mais atua na Unidade e que nova estagiária está sendo contratada. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou com Instituições de



Ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Atualmente a Unidade trabalha com 2% de seu acervo de processos físicos, atuando, praticamente, em uma única plataforma (PJe).

No que diz respeito aos processos da Meta 2 do CNJ, atualmente, encontram-se pendentes de solução 2 processos do ano de 2015 e 10 de 2016, sendo que estes últimos entrarão na meta até dezembro de 2018. Registra-se que os processos de 2015 já se encontram conclusos para prolação de sentença, o que indica que a Unidade tem acompanhado e dado prioridade aos processos mais antigos.

Verificou-se ainda a existência de processos que aguardam cumprimento de carta precatória, sendo que estão sendo designadas audiência de oitiva no Juízo Deprecado até um ano após a distribuição. Esclareceu a Exma Juíza Titular que, diante desse problema, e com base no disposto na CLT reformada, que autoriza ao Juiz a definição da ordem de produção das provas, determina a expedição da carta precatória inquiritória na primeira audiência. No entanto, tem recebido a devolução das cartas pelos Juízos Deprecados que entendem ser necessário, por primeiro, que o processo seja instruído no Juízo Deprecante.

Por outro lado, a Unidade tem incluído em pauta prioritária as cartas precatória recebidas de outro Juízo para oitiva de testemunha. Foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que depende da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Quanto ao aumento do prazo médio da fase de liquidação, esclareceu a Exma. Juíza Titular que, após a reforma, intimam a parte reclamante para apresentação dos cálculos, sob pena de se aguardar provocação no arquivo, e, se apresentados os cálculos, conduzem o processo de ofício. Informou, ainda, que no início do ano a calculista ficou afastada por cerca de quatro meses para tratamento da própria saúde, o que fez com que se alongasse ainda mais o prazo médio da fase. Por fim, informou que anteriormente intimavam a reclamada para apresentação de cálculos e depósito dos valores que entendia devidos. No entanto, por haver grande número de processos em que são executados Órgão Públicos, que realizaram depósitos em duplicidade em alguns processos, enquanto que em outros houve ausência de depósitos, criando tumulto processual, abandonaram a prática.

Não se verificou a existência de inconsistências nos lançamentos de valores decorrentes de acordos, pagamentos espontâneos e execução, bem como nos valores



arrecadados com custas, emolumentos, imposto de renda e contribuições previdenciárias, assim como não se verificou inconsistência nos lançamentos de recursos.

Quanto aos incidentes processuais, salientou-se que tutelas antecipadas e exceção de incompetência são decididas, via de regra, por despacho (decisão) ou em audiência e não são lançados os resultados. Orientou-se para maior atenção nos lançamentos e regularização das inconsistências.

Constatou-se o ajuizamento de 145 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, que são colocados em pauta para ratificação pessoal do reclamante perante o Juízo, análise e homologação, quando preenchidos os requisitos legais.

Não foi verificada na Unidade, também após a reforma da CLT, a distribuição de ações do tipo Produção Antecipada de Provas, sendo certo se tratar esse tipo de ação de uma tendência nas Unidades da 15ª Região, para apresentação de documentos.

No que diz respeito aos processos que aguardam pagamento de precatório, em número significativo na Unidade, e a possibilidade do arquivamento antes do pagamento do precatório, esclareceu-se que a questão foi levada à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, e que se aguarda posicionamento daquele Órgão. Orientou-se para que até que haja determinação expressa em sentido contrário, sejam mantidos na fase de execução os processos que aguardam pagamento de precatórios.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora ressaltou o empenho de toda a equipe, que levou a Unidade a saltar do 41º lugar no IGEST no período de abril/2017 a março/2018 para o 25º lugar de julho/2017 a junho/2018.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

Verificou-se a existência de 58 petições com pedido de sigilo nos documentos não apreciadas. Determinou-se sejam retirados os sigilos quando não mais necessários.

Foram encontrados 2.237 processos no agrupador “aguardando encaminhamento pelo Secretário de Audiência”, e grande parte deve apenas ser excluída do agrupador, pois os processos já foram encaminhados para as tarefas correspondentes, e em outros sem o devido andamento, com audiência já realizada (atas assinadas). Determinou-se a imediata regularização.



Foram encontrados 308 expedientes sem prazo. Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”). Ressaltou-se que a partir da versão 1.16 do PJe exige-se a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

Verificou-se a existência de processos suspensos, tendo em vista pedido de recuperação judicial da reclamada, porém, com falência já declarada, devendo ser arquivados, conforme orientação do Comunicado GP-CR 06/2014 deste Tribunal.

Nos processos que necessitam da produção de prova pericial, a perícia é designada em audiência, com datas preestabelecidas para cada ato processual. As partes e o perito se comunicam por e-mail, vindo o laudo ao processo já com impugnação e esclarecimentos. Não são fixados honorários prévios para o perito. A audiência de instrução já é marcada na mesma audiência que designa a perícia.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de início da liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior. Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação.

Para início da liquidação, com o trânsito em julgado, a parte reclamante é intimada para apresentar os cálculos de liquidação. Apresentados os cálculos, intima-se a reclamada para se manifestar, no prazo de 8 dias, após o que o processo é remetido à Contadoria. No silêncio, há determinação para que os autos aguardem em arquivo até provocação da parte interessada ou advento do prazo prescricional. Salientou-se que o procedimento alonga o prazo médio da liquidação.

Esclareceram que, em alguns casos, transitada em julgado a sentença, é designada audiência de mediação, intimando-se as partes para apresentação dos cálculos antes da audiência, o que possibilita a homologação dos cálculos se inconciliadas as partes.

Quanto aos atrasos dos Oficiais de Justiça, informaram que atualmente se encontram pendentes, com prazo vencido, com a Oficiala Giane da Silva Rocha Souza, 17 processos, o mais antigo 20/4/2018, esclarecendo que a Oficiala trabalha sozinha na Unidade, como “ad hoc”, tendo em vista os afastamentos dos dois Oficiais lotados na Unidade. Determinou-se que sejam envidados esforços para cumprimento prioritariamente dos processos mais antigos pendentes.

Verificou-se a existência de 15 processos, com informações de bloqueio pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Bacenjud, o mais antigo desde. 22/5/2018. Esclareceram que, nos dois processos mais antigos, houve liminar em ação rescisória determinando a suspensão e que a prática da Unidade é de intimar a parte do bloqueio para depois tomar providências. No entanto, há outros processos com informação de bloqueio desde 6/8/2018. Determinou-se que a tarefa seja acompanhada após a efetivação da ordem de bloqueio, a fim de se dar prosseguimento aos feitos com eventual transferência de valores ou liberação de bloqueio.

Informaram que os processos que estão sendo encaminhado para as hastas públicas em Bauru não têm tido resultados positivos, sendo que, algumas vezes, quando alienados, são arrematados por valores baixos, com pagamento parcelado.

Sugeriu-se, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Informaram que adotam a prática da notificação por e-mail para Usina Furlan, Usina Rio Pardo e Município de Paranapanema, que consentiram com o recebimento desse tipo de notificação.

A Unidade conta com a atuação de dois mediadores, a servidora Deborah da Costa Amaral, Assistente do Diretor, capacitada pela Escola Judicial deste Tribunal e o Juiz aposentado, Dr. Wagner José Trindade.

Esclareceram que os feitos que envolvem Órgão Públicos entram na pauta para fins de vinculação, porém sem congestionar a pauta de audiências.

Informaram que atuam em teletrabalho os servidores Luiz Fernando Oliveira Godoy, Thiago Maida Salotti e Nádia Khairallah Godoi, além dos Assistentes de Juiz, atuação formalizada conforme determinações do Ato Regulamentar 10/2018.

Foram orientados a utilizar todas as ferramentas eletrônicas de pesquisa para efetividade da execução, entre elas SERASAJUD, CNIB, SIMBA e INFOSEG.

Informaram que a Exma. Juíza Substituta Auxiliar Fixa, Dra. Zilah Ramires Ferreira, determina nas sentenças que reconhece a existência de agente insalubre após prova pericial cópia da decisão para sentençadsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br. Em atendimento à Recomendação Conjunta GP CGJT n. 03/2013, tal como determinado no processo 0010554-86.2015.5.15.0143, da Vara do Trabalho de Ourinhos, adotando idêntico procedimento nesta Unidade.



20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.3 – utilizar a pauta inteligente, ainda que a Unidade adote a pauta automática no PJe, para adequada triagem dos feitos a serem incluídos ou excluídos de pauta, otimizando seu aproveitamento;

20.5 – atribuir aos Assistentes de Juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP n° 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP n° 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;



21.3 – consultar os relatórios de pendências (“ordens judiciais – ordens judiciais por juízo – pendência: bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento”) e velar, após a efetivação da ordem de bloqueio via BACENJUD, pela pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme Ofício Circular nº 09/2017-CR;

21.4 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

21.5 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, CCS, CNIB e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 10/10/2018 e 11/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0012284-12.2017.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando cumprimento de acordo" pendente desde 27/7/2018. Acordo vencido, sem notícia de inadimplemento. Contribuição previdenciária já comprovada. Há outros processos em situação semelhante. O mesmo ocorre nas tarefas "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos" e "Aguardando final do sobrestamento". Verificou-se situação similar nas mesmas tarefas das fases de liquidação e execução. Observou-se, também, que não há divisão em subcaixas.	Prosseguir com a análise para baixa do feito e arquivamento definitivo, se não restarem pendências. Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes ao vencimento dos prazos para melhor gestão e intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
2	0011531-94.2013.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Análise do Conhecimento" pendente desde 20/8/2018. Acordo homologado, sem notícia de inadimplemento. Há outros processos pendentes na tarefa.	Prosseguir com a análise para baixa do feito e arquivamento definitivo, se não restarem pendências. Intensificar a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
3	0012232-16.2017.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência - Liq" pendente desde 3/10/2018, porém sem audiência designada. Há outros processos em situação semelhante.	Analisar o feito e designar audiência, se for o caso.
4	0011465-46.2015.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando cálculo - Contadoria" pendente desde 6/4/2018. Em 11/2/2018 a reclamante foi intimada para se manifestar, em 8 dias, sobre a conta de liquidação protocolada pela reclamada, o que foi feito em 26/2/2018. Há outros processos pendentes na tarefa sem tramitação há mais de 6 meses. Situação semelhante foi encontrada na mesma tarefa da fase de execução.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante.
5	0000277-61.2012.5.15.0031	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Aguardando final do sobrestamento" pendente desde 23/2/2017. O processo aguarda o trânsito em julgado da sentença prolatada nos autos 0001325-26.2010.5.15.0031. Há processos pendentes na mesma tarefa da fase de execução.	Analisar o feito e diligenciar acerca do trânsito em julgado, bem como providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes.
6	0010804-38.2013.5.15.0031	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Aguardando laudo pericial" pendente desde 14/9/2018. Há processos com prazos vencidos pendentes de análise nas subcaixas de meses passados. Situação semelhante foi encontrada na mesma tarefa da fase de execução.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes ao vencimento dos prazos para melhor gestão e intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados. Além disso, analisar e dar prosseguimento aos processos vencidos.
7	0010777-50.2016.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Análise de Liquidação" pendente desde 11/9/2018 aguardando a juntada do comprovante do recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais sobre o acordo homologado. Há outros processos pendentes na tarefa.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante. Intensificar a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
8	0011348-84.2017.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Minutar expediente da secretaria" pendente desde 12/9/2018 para expedição da certidão para habilitação de crédito, bem como de ofício. Há outros processos pendentes na tarefa. Situação similar foi encontrada na mesma tarefa da fase de execução.	Dar prosseguimento ao feito, confeccionando o expediente necessário. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9	0010716-24.2018.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando bloqueio Bacenjud" pendente desde 2/10/2018. Já há certidão dando conta do bloqueio parcial, pendente de análise. Há outros processos pendentes na tarefa.	Intensificar a gestão dos feitos na tarefa, priorizando-se os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução. Reitera-se a necessidade de tramitação dos feitos com efetividade, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
10	0045700-83.2008.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Análise de Execução" pendente desde 5/9/2018. Em 21/8/2018 as partes foram intimadas para se manifestar sobre o laudo pericial no prazo de 8 dias, e assim o fizeram. O processo permanece pendente de análise, assim como os demais que estão paralisados na tarefa.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante. Intensificar a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
12	0146100-08.2008.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências" pendente desde 11/1/2018, quando o feito foi migrado para o processamento eletrônico. No processo constam apenas o "Termo de Abertura de Execução e o Relatório de Ocorrências do Processo". Há outros processos pendentes na tarefa em situação semelhante, além dos encontrados com o mesmo conteúdo na tarefa "Cumprimento de providências - Oficial de Justiça".	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante.
13	0010604-60.2015.5.15.0031	Processo eletrônico na tarefa "Registrar no BNDT" pendente desde 24/9/2018. Há outros processos pendentes na tarefa em situação semelhante,	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante.
14	0067000-63.1992.5.15.0031	Processo físico na variável 346 do e-Gestão (Processos pendentes de finalização - fase de liquidação). Em 5/12/2016 foi registrada a ocorrência "PZO -Prazo - recte: apresentação de documentos", vencido em 24/7/2016.	Analisar para prosseguimento do feito ou baixa, se não restarem pendências.
15	0000263-14.2011.5.15.0031	Processo físico na ocorrência BDT - registro no BNDT desde 23/08/2018. Em 14/12/2017 - foi registrada a ocorrência "PJe - Migrado ao Processamento Eletrônico". Há outros processos pendentes em situação semelhante.	Sanear inconsistência.
16	0001129-85.2012.5.15.0031	Processo físico na ocorrência "DES - DESPACHO" desde 27/9/2018. Há outros processos pendentes em situação semelhante.	Sanear a inconsistência. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o



			próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
17	0075500-59.2008.5.15.0031	Processo físico na variável 150 do e-Gestão (Embargos à Execução pendentes). Em 15/2/2018 foi registrada a ocorrência "PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico".	Sanear inconsistência.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes, advogados ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargador Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular, Dra. ADELINA MARIA DO PRADO FERREIRA, reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Dra. ZILAH RAMIRES FERREIRA está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000271-70.2015.5.15.0897).

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com as Magistradas sobre os resultados da Unidade, pauta de audiências, incentivo à mediação e necessidade de cadastramento no SIMBA pela Exma. Juíza Titular.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, com a ciência da Exma. Juíza Titular, ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4141/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



25 - ENCERRAMENTO:

No dia 16 de outubro de 2018, às 18:00 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.